

PREJULGADO Nº 021

NEGAR EXEQUIBILIDADE AO ART. 1º, §4º, DA RESOLUÇÃO Nº 190/2008 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL – PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO AOS VEREADORES DEVE SER PREVISTO EM LEI ESPECÍFICA.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-1347/2017

Assunto: Fiscalização – Tomada de Contas Especial

Autuação: 20.02.2017

Relator: conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Decisão: Acórdão TC-962/2017

Sessão: 25ª Sessão Ordinária do Plenário de 01.08.2017

Publicação: Acórdão 962/2017 disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 982, do dia 02.10.2017, considerando-se publicado no dia 03.10.2017, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.